



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

5ª Reunião Ordinária da Câmara Bipartite Governo – Trabalhadores

Ata da ordem do dia 20 de fevereiro de 2013.

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

5ª Reunião Ordinária da Câmara Bipartite Governo - Trabalhadores

Dia: 20 de fevereiro de 2013

Local: Ministério do Trabalho, Edifício Sede, Sala 202 – Brasília/DF.

1 Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, tem início a 5ª Reunião
2 Ordinária da Câmara Bipartite Governo – Trabalhadores, presentes os membros: Sergio
3 Sepúlveda (SE), Lady Ana (SE), Rita Pinheiro (SRT), Cesar Haiachi (SRT), Miraldo
4 Vieira (CTB), Maria das Graças (CUT); Valeir Ertle (CUT); Jasseir Fernandes (CUT);
5 Carlos Pereira (CGTB); Agilberto Seródico (NCST); Francisco Pegado (UGT), bem
6 como o presidente da mesa, Sr. Messias Melo e demais participantes convidados.
7 **ABERTURA.** Dando início aos trabalhos, o secretário Sr Messias Melo cita portaria do
8 senhor ministro que muda a composição da representação do governo, afirmando que,
9 em face dessa publicação, a convocação para a reunião ficara prejudicada. Discorreu a
10 respeito dos três pontos da pauta de reunião, há muito remetidos à Bancada dos
11 Trabalhadores, a saber: a representação dos movimentadores de mercadorias, em face
12 da publicação da Lei Nº 12.003/2009; estudos sobre a legislação referente à Ordem dos
13 Músicos; e a finalização de estudos objetivando a conclusão de anteprojeto de lei que
14 trata dos atos antissindicais. Declara que a Bancada dos Trabalhadores pediu mais
15 tempo para fazer uma tentativa de construir de uma posição comum, e que deseja
16 discutir alguns temas a fim de retirá-los da pauta para que outros temas de relações de
17 trabalho, de cunho mais estrutural, possam ser incluídos. Dirigindo-se ao senhor Carlos
18 Pereira, coloca que deseja saber o posicionamento da bancada ponto a ponto, de modo
19 que se possa, a partir desses pontos, desenvolver a discussão. Em seguida, quanto ao
20 ponto de pauta que diz respeito à movimentação de mercadorias, afirma ter sido
21 atendido o pleito de algumas entidades da área para que estas se fizessem presentes na
22 reunião em questão, relatando a presença de dois representantes pela CSB. Em vista
23 disso, conclui sua fala e passa a palavra ao senhor Carlos Pereira, que sugere que se
24 inicie o debate pela questão dos músicos, a qual obteve maior consenso na bancada, e se
25 discuta posteriormente a questão da movimentação de mercadorias, posto que alguns
26 convidados ainda não estavam presentes. Em face dessa declaração, o senhor Manoel
27 Messias Melo diz que, segundo o governo, não há problema em inverter os pontos de
28 pauta; em seguida, declara a reunião iniciada e deseja um bom dia aos presentes. Afirma
29 que o grupo ainda não está completo, declarando a dificuldade do dia anterior.
30 Posteriormente, a palavra é dada ao senhor Francisco Canindé Pegado que, a respeito da
31 questão dos músicos, relembra que houve, em encontro anterior, representações que
32 tiveram condições de debater a temática; coloca, ainda, que a decisão da Bancada dos
33 Trabalhadores fora entregue por ele na última reunião, decisão esta que foca a minuta da
34 portaria ministerial a respeito da matéria em questão. Relata que as emendas feitas

35 foram transcritas e uma pequena ata foi elaborada e encaminhada ao Ministério,
36 constando a seguinte decisão: “*As centrais sindicais CTB, Nova Central Sindical, CGTB*
37 *e UGT, reunidas na sua bancada no dia 5 de dezembro de 2012 para discutir propostas*
38 *de alteração referentes à nota contratual eletrônica, decidiu unanimemente encaminhar*
39 *à câmara bipartite a minuta de portaria ministerial sobre o tema com as alterações em*
40 *anexo. Por exemplo, também, a presidente da FENAMUSI, a Federação Nacional dos*
41 *Músicos, Déborah Cheyne, e o diretor Alan Magalhães, dessa mesma federação.*
42 *Solicitou que a câmara bipartite dê encaminhamento do assunto para decidir”.* Em
43 seguida, reitera a unanimidade da decisão e, em resposta, o senhor secretário Manoel
44 Messias Melo diz que não se registrou o recebimento da citada decisão. O senhor
45 Francisco Canindé Pegado, por sua vez, oficializa a entrega desta, declarando que o
46 assunto já se encontra encerrado para a bancada. O senhor secretário pede que se
47 entenda que, para a bancada, a matéria está concluída, mas não o está para o Ministério,
48 que deve aguardar também o posicionamento do Senhor Ministro; declara que a
49 conclusão do Ministério deve ser apresentada na reunião seguinte e, então, dirige a
50 palavra ao senhor Carlos Pereira. Este ressalta a importância de reunir o mesmo grupo
51 que desenvolveu o projeto para discussão e, em sequência, o senhor Manoel Messias
52 Melo pede que lembrem que o Governo Brasileiro assumiu um compromisso junto à
53 OIT com relação a atos antissindicais, e que também haverá participação da Bancada
54 dos Empregadores, além da bancada em questão. Novamente, o senhor Carlos Pereira
55 ressalta o compromisso de retomar o tema na pauta de abril da bancada e a necessidade
56 de marcar uma reunião nesse intervalo. Em esclarecimento, o senhor Secretário Manoel
57 Messias coloca que, na agenda, está marcada para o dia 28 a reunião ordinária da
58 Bancada dos Trabalhadores; em não havendo pauta ou proposta, cancela-se a reunião
59 extraordinária e a reunião passa a ser a ordinária. A próxima reunião ordinária fica para
60 o mês de abril. Afirma, ainda, que se deixará a matéria em paralelo, uma vez que o
61 Ministério ainda não se debruçou sobre a proposta colocada, mas que, até a reunião de
62 abril, a discussão será retomada na Secretaria de Relações de Trabalho, para que se
63 atualize o entendimento ministerial na atual gestão. A palavra é, então, dada ao senhor
64 Pascoal Carneiro, que defende que já que a presente equipe não participou do grupo de
65 trabalho que debateu a questão, que seja feito com aquele grupo que acompanhou o
66 debate. O secretário Manoel Messias Melo, por sua vez, afirma ser uma questão interna
67 do Ministério a decisão quanto à manutenção do posicionamento da gestão anterior, e
68 isso deve ser discutido e levado ao Senhor Ministro; relembra, ainda, que houve uma
69 posição do presente Conselho no sentido de trazer a discussão daquele grupo de
70 trabalho para as reuniões, contando com a presença dos representantes das centrais no
71 referido grupo. Declara ser de sua preferência manter este formato. Propõe, assim, que
72 em não havendo outro tema excepcional, o ponto de pauta da reunião de abril sejam os
73 atos antissindicais, reafirmando a participação dos representantes que discutiram a
74 questão no grupo de trabalho. Ressalta, também, que os representantes das centrais
75 Sindicais devem encontrar com o Conselho Nacional de Imigração, e que em conversa
76 com representantes desse Conselho foi sugerido que houvesse uma reunião conjunta
77 com o Conselho de Relações de Trabalho. Declara não poder se comprometer com esse
78 ponto antes de discutir a questão com o presidente do Conselho Nacional de Imigração,

79 afirmando que receberá as propostas, mas o pleito deve ser articulado e ver se há
80 possibilidade de fazer o debate no Conselho Nacional de Imigração ou no Conselho de
81 Relações do Trabalho, contando com a presença da representação das centrais. Em
82 sequência, o senhor Carlos Pereira pede autorização para que se passe ao tópico
83 referente à movimentação de mercadorias. Pontua que as centrais sindicais colocaram
84 seus posicionamentos e houve o acordo de trazer a discussão para a presente bancada,
85 discussão a qual, segundo o senhor Carlos Pereira, deve ser vista sob o ponto de vista de
86 que há uma lei, mas há também conflitos a serem resolvidos nas bases; assim, deve-se
87 concentrar a discussão em torno desses conflitos e negociar soluções, a fim de atingir
88 uma decisão consensual. Sugere que, após a leitura da decisão, cada central faça uma
89 colocação, e que se ouçam os representantes da movimentação de mercadorias
90 presentes. Efetua, então, a leitura da seguinte decisão: "*Decisão da reunião da bancada
91 dos trabalhadores e assinada por todas as centrais sindicais presentes. As centrais
92 sindicais CUT, UGT, Nova Central Sindical, CTB, Força Sindical, CGTB, na data de
93 05 de dezembro de 2012, na reunião de bancada, concordaram unanimemente, em
94 função dos conflitos suscitados em torno da representatividade da Lei 12.003, de 2009,
95 que encaminharão à Câmara Bipartite do Conselho de Relações de Trabalho os casos
96 concretos onde se dão os conflitos nos locais de trabalho, setor de atividade e outras
97 informações que esclareçam a questão em um prazo de quinze dias, com o objetivo de
98 superar tais conflitos. Por parte da representação das entidades de movimentadores de
99 mercadorias, o compromisso de apresentar resposta aos casos apresentados por essas
100 centrais. Nova reunião será marcada para o mês de janeiro de 2013 com vistas a
101 alcançar um acordo definitivo em que as centrais e as representações das entidades de
102 movimentadores de mercadorias dialogarão com o objetivo de encerrar o assunto,
103 levando a decisão para as providências da Câmara Bipartite no Conselho de Relações
104 de Trabalho*". O secretário, Sr Manoel Messias Melo frisa que o acordo dataria de
105 janeiro, mas que se está executando-o no presente momento a partir da apresentação de
106 casos concretos em que haja conflito para que os representantes da movimentação de
107 mercadorias respondam na reunião em questão, de modo que os assuntos sejam
108 discutidos. Pergunta, em seguida, se os referidos casos já foram colocados aos
109 representantes da movimentação de mercadorias, ao que o senhor Carlos Pereira
110 responde que não, pois apenas um posicionamento geral fora apresentado. Em face
111 disso. O senhor Francisco Canindé Pegado relembra que, conforme o que foi lido pelo
112 senhor Carlos Pereira, as centrais sindicais e coordenadores deveriam encaminhar para o
113 Conselho de Relações de Trabalho os casos concretos. Cita o encaminhamento da
114 proposta da UGT, efetuado em 20 de dezembro de 2012, que traz o seguinte ponto: a
115 função do movimentador de mercadorias se restringe aos trabalhadores cuja tarefa
116 primordial é efetuar o transporte dos produtos dos locais de produção ao local a que
117 cabem, ou seja, plataforma de recepção dos estabelecimentos comerciais. Declara que, a
118 partir dos estabelecimentos comerciais, todas as outras tarefas são de competência dos
119 comerciários e, portanto, dizem respeito à representação destes. Afirma que essa é,
120 objetivamente, a posição encaminhada pela UGT formalmente. Posteriormente, o
121 senhor Manoel Messias Melo comenta que a Força Sindical não se encontra na reunião
122 e, em seguida, o senhor Carlos Pereira lê um pronunciamento da entidade citada,

123 conforme segue: "*A Força Sindical envia a Vossa Senhoria sua posição referente à*
124 *função dos movimentadores de mercadoria, a saber: compreende a representação*
125 *sindical da categoria profissional diferenciada dos trabalhadores nas empresas do*
126 *comércio dotadas de serviço de transporte, frota, ou através de empresas*
127 *transportadoras que exerçam exclusivamente, dentro da jornada de trabalho integral, a*
128 *função de carga, descarga e acomodação de produtos e mercadorias transportados em*
129 *caminhões ou veículos similares mediante o uso de força mecânica e muscular até a*
130 *plataforma de carga e descarga do depósito de recebimento ou do despacho da*
131 *mercadoria. A partir daí, as outras funções são de competência dos comerciários;*
132 *portanto, são de representação dos comerciários".* Em vista da leitura do
133 pronunciamento, o senhor secretário questiona se mais alguma central tem um
134 posicionamento diferente. O senhor Agilberto Seródio, da Nova Central Sindical dos
135 Trabalhadores, afirma que o posicionamento da central que representa é a revogação do
136 Artigo 3º da Lei 12.003/2009. Para fins de esclarecimento, o senhor Manoel Messias
137 Melo diz que o artigo citado prevê que as atividades de movimentação de mercadorias
138 sejam exercidas por trabalhadores com vínculo empregatício ou regime de trabalho
139 avulso das empresas tomadoras de serviço; em seguida, passa a palavra à representação
140 da CUT. De acordo com o senhor Valeir Ertle, o grande problema do Artigo 3º seria o
141 vínculo empregatício; reafirma a posição da CUT em concordância com o que foi lido
142 no documento de posicionamento das centrais, declarando, no entanto, não se fazer
143 necessário revogar o Artigo, apenas modificá-lo. Afirmou que concorda com a posição
144 da Força Sindical e da UGT, que já é a posição dele e que citou todo o debate, porque
145 hoje, está indo não só para comerciários como está entrando em químico, em
146 metalúrgico. Novamente com a palavra, o senhor Carlos Pereira esclarece a posição da
147 CGTB, que considera a Lei uma vitória importante por especificar os direitos e a
148 categoria dos movimentadores de mercadorias. Lembra que a lei fora sancionada pelo
149 ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas houve a proposição de veto ao Artigo 3º na
150 lei de regulamentação da profissão dos motoristas pela presidente Dilma Rousseff.
151 Declara a democracia da lei, citando, posteriormente, os pareceres do Ministério do
152 Trabalho que embasavam o veto, além de portarias favoráveis do Ministério do trabalho
153 que regulamentam a Lei. Coloca que a categoria de movimentação de mercadorias tem
154 necessidades próprias e a característica básica da Lei é garantir que a categoria seja uma
155 categoria diferenciada, acrescentando que é natural que haja conflitos na acomodação
156 que ocorre a partir do momento em que a lei existe e, portanto, deve haver discussão
157 entre os trabalhadores. Ressalta, ainda assim, que os interesses dos trabalhadores devem
158 ser colocados acima dos interesses específicos de cada categoria, e a representação dos
159 avulsos por parte dos sindicatos atende aos interesses dos trabalhadores. Defende que o
160 que caracteriza uma categoria não é sua forma de vínculo empregatício, mas sua
161 atividade de trabalho, e que a lei deve, portanto, ser mantida em prol dos trabalhadores,
162 propondo que os conflitos sejam negociados em conformidade com a lei que estabelece
163 a categoria diferenciada. Por fim, ressalta que a CGTB defenderá a Lei como uma
164 conquista e, em seguida, devolve a palavra ao senhor secretário, que relembra o
165 procedimento combinado de ouvir as centrais e, em seguida, os representantes dos
166 movimentadores de mercadorias, passando a oportunidade de fala para o senhor

167 Francisco Canindé Pegado. Este afirma ter sido chamado no gabinete com urgência,
168 mas pontua que o momento é adequado para que os representantes dos movimentadores
169 de mercadorias se pronunciem a respeito. Pede, então, objetividade para que se
170 proponham alternativas e afirma retornar após dez minutos. Antes que se retire, no
171 entanto, o senhor Carlos Pereira se dirige a ele para esclarecer sua fala anterior,
172 alegando que as respostas colocadas pelas centrais também não foram pontuais, e que é
173 importante resguardar o princípio de categoria diferenciada durante a discussão. Passa-
174 se, então, à CTB, e o senhor Miraldo Vieira frisa a importância dos sindicatos dos
175 movimentadores de mercadorias, mas afirma a concordância de sua posição com o
176 entendimento apresentado pela UGT, CUT e Força, discorrendo acerca de quão
177 desafiadora é a definição do que representa essa categoria, pois as demais também não
178 podem deixar de existir no processo. Assim, dito o entendimento das centrais, o senhor
179 secretário Manoel Messias passa a palavra aos representantes da movimentação de
180 mercadorias, a fim de que estes se apresentem. Em sequência, apresentam-se os
181 senhores José Lucas da Silva, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores
182 na Movimentação de Mercadorias do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e
183 Acre na CSB; Aparecido Mendes, presidente do sindicato de São Paulo; Tomás
184 Alexandre, assessor da CGTB; Francisco Erivan Pereira, presidente do Sindicato de
185 Movimentação de Mercadorias de Santos, membro da Secretaria de Assuntos Jurídicos
186 da CGTB e diretor da federação do estado de São Paulo; Clayton Cubas, presidente do
187 Sindicato da Movimentação de Mercadorias do município de Morro Agudo e região; e
188 Nunes da Silva, presidente do Sindicato de Orlândia, São Paulo. Feitas as introduções, o
189 senhor Manoel Messias Melo diz que os senhores representantes serão ouvidos,
190 reafirmando que as propostas tanto da Força quanto da UGT sugerem a delimitação do
191 espaço de movimentação de mercadorias em relação ao comerciário. Cita ainda a
192 posição da Nova Central no sentido de revogação do Artigo 3º. A posição da CUT, que
193 é de discussão do artigo 3º da lei para eventual alteração e revogação da portaria. A
194 posição da CGTB é pela manutenção do Artigo. O senhor Carlos Pereira acrescenta,
195 então, que o limite é que a movimentação não faz atendimento ao público. Passa-se aos
196 senhores representantes da categoria de movimentadores de mercadoria, a começar pelo
197 senhor José Lucas da Silva, o qual afirma que o debate traz “coisas novas que não são
198 novas”, pois a categoria é muito anterior à publicação da Lei 12.003, e se pronuncia
199 contra a revogação do artigo 3º, o qual alega trazer a constitucionalidade da lei. Coloca
200 que a revogação traria à Lei a idéia de que trabalho avulso é categoria, o que é falso,
201 pois o trabalho avulso diz respeito a uma função que está dentro da movimentação de
202 mercadorias. Discorre também acerca da portaria, a qual declara ter sido pleito justo
203 porque foi aprovado na Comissão de Enquadramento Sindical. Que o trabalhador em
204 questão é diferenciado, e que não se tem a intenção de invadir o espaço de outras
205 categorias, mas de defender os trabalhadores que, nos seus setores de trabalho, fazem
206 carga e descarga. Finalizou destacando a importância da manutenção da Portaria 3.204 e
207 dizendo que não receberam nenhuma notificação referente a essa posição que tomaram
208 as centrais para que pudessem tomar conhecimento desse documento Após esse
209 pronunciamento, o senhor Francisco Erivan Pereira, presidente do sindicato de Santos,
210 dá início à sua fala a partir de uma exposição histórica, a qual relata, que desde o início

211 da colonização brasileira, os movimentadores de mercadorias estiveram presentes.
212 Ressalta a luta da categoria que proporcionou a publicação da Lei em questão,
213 afirmando que os sindicatos têm trabalhado no sentido de garantir aos trabalhadores
214 seus direitos. Declara ainda que, estando na condição da CLT ou de trabalhador avulso,
215 o movimentador de mercadorias deve ser representado por sindicato da categoria, e
216 pede que se apresentem casos que estejam incomodando de alguma maneira para que se
217 busquem soluções ao invés de se revogar a Portaria. Em seguida, o senhor Tomás
218 Alexandre, da CGTB, após desejar um bom dia aos presentes, afirma causar
219 perplexidade a proposta de revogação do artigo 3º, o qual afirma ser um “ato jurídico
220 perfeito e acabado” que apenas concedeu direitos a uma categoria que não os tinha. Em
221 face do pronunciamento dos representantes, o senhor Manoel Messias Melo comenta
222 que é o primeiro exercício do gênero que se faz no Conselho, e pede que seja
223 desenvolvida uma metodologia de argumentação para que se construa um consenso.
224 Discorre, em sequência, a respeito das categorias diferenciadas, as quais, até 1988, eram
225 definidas por um ato do Ministério do Trabalho respaldado por um posicionamento da
226 Comissão de Enquadramento Sindical ou por uma lei existente, mas que, depois do ano
227 de 88, o Ministério deixou de ter o poder de criar novas categorias: ele apenas registra
228 novos sindicatos e interpreta se se trata de categoria ou não. Ressalta que esse já não é
229 um processo unilateral e, por isso, o Conselho é envolvido. Coloca que, no Brasil,
230 categoria diferenciada significa que os trabalhadores daquela categoria são daquela
231 categoria, seja qual for a empresa em que trabalhem. Relata que sua posição pessoal é a
232 de que existam apenas categorias preponderantes, reiterando que o problema consiste
233 em definir os limites do que é movimentação de mercadorias, e que, em um segundo
234 momento, será avaliado o aspecto normativo. Em concordância, o senhor Valeir Ertle
235 declara ser esse o cerne da questão, defendendo a tese de que, a partir do momento em
236 que se entra no depósito, é comerciário, não movimentador de mercadoria, bem como a
237 partir do momento em que se entrou na indústria química, é químico, e, em uma
238 montadora, seria metalúrgico. Afirma que há trabalhadores registrados segundo outras
239 categorias cujas empresas recebem propostas de representação por parte de sindicatos
240 de movimentação de mercadorias. Alega que, em não havendo consenso, seja decidido
241 pela maioria, pois a posição que defende é praticamente unânime entre as centrais, e que
242 um estudo da CONJUR havia concluído que não haveria problema em revogar a
243 Portaria porque já havia lei específica. Concluiu afirmando que o objetivo era conseguir
244 fazer um acordo para colocar essas questões e conseguir delimitar o terreno de cada um,
245 respeitando as categorias. Sequencialmente, o senhor secretário Manoel Messias disse
246 que as federações patronais de Minas Gerais pedem que seja feita uma discussão com o
247 Conselho, e afirma que será montada uma mesa com presença das federações patronais
248 do comércio, especificamente, e supermercados, Associação Nacional de
249 Supermercados, além das centrais sindicais pela sua representação mineira. Disse que a
250 discussão será em Brasília por saber que haverá repercussão nacional a partir dessa
251 discussão. O senhor Pascoal Carneiro pede, então, que não se discuta entre “bem e mal”,
252 pois não se chega a lugar algum dessa maneira. Diz que há centrais que se aproveitam
253 da atual situação para acusar outras centrais de manifestarem um posicionamento
254 contrário à categoria de movimentadores de mercadorias e, assim, obter mais sindicatos

255 para sua base. Reitera um posicionamento anterior seu de quando propôs que se tirasse
256 o tema do Conselho de Relações do Trabalho para fazer uma reunião com todos os
257 sindicatos, as confederações e federações de movimentadores de mercadorias para
258 chegar a um entendimento. Frisa também que a CTB valoriza a referida categoria, e
259 acredita não na revogação da Portaria, mas em um consenso, e pede que se delimite
260 mais a função de movimentador de mercadoria, não só no que diz respeito ao setor
261 comerciário, mas a todos os setores. Por fim apoiou a proposta que o Secretário Messias
262 estava encaminhando. O senhor Aparecido Mendes, por sua vez, cita que, em sua base,
263 na empresa Ford, há cerca de 700 movimentadores de mercadorias, mas não há conflito.
264 Em seguida, o senhor Carlos Pereira comenta que se está discutindo de maneira mais
265 concreta, e reitera que é necessário levar em consideração o princípio de categoria
266 diferenciada, e que a movimentação de mercadorias tem interesse em negociar com
267 outros setores, respeitando o artigo que foi feito, a conquista que se teve. O senhor
268 Secretário Manoel Messias sugere, então, que se faça nova reunião de modo que cada
269 central que tem movimentação de mercadoria na sua base tenha um companheiro
270 representando,. Solicitou, ainda, que as centrais que ainda não manifestaram seu
271 posicionamento quanto à delimitação da movimentação de mercadorias, que por escrito
272 o façam, para que então, esse material seja enviado às federações de movimentação de
273 mercadoria registradas no Ministério e essas, também por escrito, expressem sua visão
274 quanto à mesma matéria. Que a partir daí, para a próxima reunião, a conversa teria o
275 posicionamento dos dois lados, o lado das centrais e federações, e o lado do governo.
276 Diz que não há zona de sombra quanto ao comércio armazenador uma vez que todos
277 concordam que se trata de movimentação de mercadorias, e que é necessário tratar da
278 zona de conflito, que é fora do comércio armazenador, de maneira objetiva. Conclui
279 que, então, em resumo, as centrais que não fizeram, escrevam, e mesmo as que fizeram,
280 façam de forma curta e direta, onde entendem ser o limite do movimentador de
281 mercadoria, passem para as federações, as federações também escrevem, como fora dito
282 ali. Reitera que se trate da questão normativa em momento posterior, passando, em
283 seguida, ao senhor Valeir Ertle. Este defende que se coloquem decisões judiciais e
284 questões que o próprio sindicato tenha. No entanto, o senhor secretário Manoel Messias
285 insiste que não se envolva a esfera judicial, a princípio. Em resposta a essas colocações,
286 o senhor José Lucas da Silva ressalta que os maiores interessados em resolver esses
287 impasses são os representantes de movimentadores de mercadorias, alegando que há três
288 negociações paradas por falta de posicionamento do Ministério do Trabalho e das
289 centrais sindicais. O senhor Manoel Messias aconselha, então, que se estabeleça um
290 prazo realista para entrega dos posicionamentos, sugerindo um mês, ficando para 20 de
291 março. Propõe que na reunião do mês de abril do Conselho, dois temas sejam
292 discutidos: atos sindicais e movimentação de mercadorias, reafirmando que venha um
293 representante por central da movimentação de mercadorias. O senhor José Lucas da
294 Silva, então, indaga se não seria melhor que viessem dois representantes por central, e o
295 senhor secretário concorda, em face disso, que venham até dois, sendo que, se a central
296 só tem um sindicato, podem ser dois da mesma entidade. Se não tem, não traz. Em
297 sequência declara estar satisfeito com o início da discussão e comenta acerca de outros
298 pontos, a começar por uma audiência pública sobre a contribuição sindical dos

299 servidores públicos a ocorrer no dia 25 do mês atual, às 10 horas. Cita que no dia 27
300 tem a Câmara Bipartite de Servidores e Governo sobre o tema registro sindical. Afirma
301 que o pleito é de que o ministro suspenda a Instrução Normativa enquanto o tema é
302 discutido na câmara bipartite, concluindo, a esse respeito, que tudo dependerá da
303 audiência pública. Declara entender que a reunião Câmara Bipartite Trabalhadores –
304 Governo do dia 28 está cancelada, pois a presente reunião será considerada uma reunião
305 ordinária. Afirmou que se está criando o grupo de trabalho que vai tratar do ponto
306 eletrônico, e que, até o dia seguinte, o presidente do Conselho deveria formalizar a
307 construção desse grupo. Cita um email que propunha alterar a data do seminário dos
308 trabalhadores sobre tabela de categorias dos dias 11 e 12, pois os empregadores, que
309 iriam se reunir dia 13, pediram para fazê-lo dia 11 em virtude de representação
310 internacional junto à OIT; pede, em seguida, uma resposta dos presentes. Resumiu a
311 agenda: 25 audiência pública; 27 câmara bipartite; 28 não tem reunião; grupo de
312 trabalho do ponto eletrônico, vamos criar e depois se propõe uma data. A senhora Maria
313 das Graças Costa alega, que nos dias 27 e 28 do mês corrente, haverá uma reunião da
314 direção nacional da CUT com as representações estatais, o que os impede de participar
315 da próxima reunião bipartite. Por sua vez, o senhor Valeir Ertle pontua que, nos dias 12
316 e 13 de março, em comemoração aos 30 anos da CUT, haverá encontros de
317 macrossetores. O senhor Manoel Messias Melo lembra que as datas foram acertadas
318 desde a reunião do Conselho, ao passo que o senhor Valeir Ertle alega que não estava na
319 reunião citada e pede que se considere a possibilidade de o seminário ocorrer nos dias
320 14 e 15. O senhor secretário diz que a agenda do Ministério será fechada, explicitando
321 que deveria ser feito um calendário nacional anual para as reuniões bipartites, pois se
322 gastou tempo na última reunião do Conselho para que se chegasse às datas 11 e 12 de
323 março; afirma que se tentará reagendar, mas uma vez que cada central tem sua própria
324 agenda devem-se respeitar as datas fixadas. Acerca da audiência do dia 25, o senhor
325 Valeir perguntou se será possível realizá-la e como ficará a questão da sala. O senhor
326 secretário reforça a presença do Ministério do Trabalho, talvez do Ministério do
327 Planejamento, da AGU e do Ministério Público do Trabalho. Fora isso tem as cinco
328 centrais que ultrapassaram 7% na aferição de 2012, colocando que, às dez da manhã, a
329 audiência será aberta ao público, com prioridade para as três outras centrais, CGTB,
330 CSB e Conlutas, e as confederações da categoria; depois o público em geral, tendo que
331 haver limitação. Cita a publicação de edital no diário oficial e diz que propostas e
332 inscrições devem ser enviadas, defendendo que a audiência será uma forma de o
333 Ministro decidir se mantém o posicionamento do Ministério. Acerca da alteração de
334 data do seminário em virtude de evento internacional, o senhor secretário pede que se
335 analisem as agendas, e declara entender que na pauta da câmara bipartite de servidores,
336 permanece a discussão sobre registro de entidades sindicais de servidores públicos e
337 financiamento do movimento sindical de servidores, lembrando que cada entidade
338 deveria dizer como se organiza na área do serviço público. Quanto ao calendário de
339 reuniões bipartites, sugere que não sejam próximas às reuniões do Conselho, a fim de
340 preservar a produtividade das discussões, e pede que os presentes pensem em uma
341 proposta quanto ao calendário considerando a proposta de que, um mês na terceira
342 semana seja a reunião do Conselho; outro mês, na terceira semana sejam as bipartites..

343 Solicita que os presentes enviem seus posicionamentos quanto à alteração de datas até o
344 dia seguinte e, em seguida, pergunta se há mais algum ponto para discussão.
345 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Secretário de Relações de
346 Trabalho Manoel Messias Melo declara encerrada a Reunião.

347 Sergio Sepúlveda (SE) _____;

348 Lady Ana (SE) _____;

349 Rita Pinheiro (SRT) _____;

350 Cesar Haiachi (SRT) _____;

351 Miraldo Vieira (CTB) _____;

352 Maria das Graças (CUT) _____;

353 Valeir Ertle (CUT) _____;

354 Jasseir Fernandes (CUT) _____;

355 Carlos Pereira (CGTB) _____;

356 Agilberto Seródico (NCST) _____;

357 Francisco Pegado (UGT) _____.